



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CARTA CONTRATO Nº 31/2020

CARTA-CONTRATO N. 31/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0003233-45.2020.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, E A EMPRESA SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSINATURA de BIBLIOTECA DIGITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: **SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A.**, CNPJ 50.268.838/0001-39, com sede na Rodovia Presidente Dutra km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Mello, em São José dos Campos/SP, CEP: 12.247-004, Telefone(s): (11) 4383-9403; (11) 3613-3316 e (19) 998287631, E-mail(s): cpfiscal@somoseducacao.com.br; breno.santos@somoseducacao.com.br; leandro.menon@somoseducacao.com.br, neste ato representada por sua diretora editorial, **FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 27.402.802-5/SSP-SP e CPF 255.323.398-13, telefone(s): (11) 97644-6430, E-mail(s): flavia.bravin@somoseducacao.com.br e, por sua gerente executiva, **RENATA PASCUAL MULLER**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 29.235.584/SSP-SP e CPF 293.088.128-30, telefone(s): (11) 4383-8952 e (11) 98383-2551, E-mail(s): renata.muller@somoseducacao.com.br.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Leis 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO: Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: DESPACHO n. 2013/2020-PRES/DG/GABDG, de 07/12/2020.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, nos termos da Proposta da Contratada (evento [0617267](#)), cujo acervo completo da Saraiva contém 1.700 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos.

Subcláusula Primeira – Além do objeto supramencionado, será oferecido como concessão (sem custos para a Administração do TRE-RO) mais 1700 títulos de concursos e mais 600 títulos de Gestão e Negócios, totalizando 2.300 títulos, os quais se distribuem entre as grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e tecnológica, de acordo com os selos editoriais, bem como 50 acessos simultâneos bonificados.

Subcláusula Segunda - A plataforma permite leitura e consulta de obras em formato eletrônico, com acesso ilimitado de todo conteúdo.

Subcláusula Terceira - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 13/12/2020, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 17.940,00** (dezessete mil novecentos e quarenta reais), conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente Contratação correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Elemento de Despesa: 33.90.39-01, conforme Nota de Empenho n. 2020NE001246, de 09/12/2020, a ser reforçada, caso necessário, e conforme resumo a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO	DE	Ordinário
AGREGADOR			Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA			Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO			AOSA ASSINA

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcela única, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco Itaú S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais, observando que:

1. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a seguridade social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho, além da certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.
3. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Fiscal da Carta-Contrato.
4. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

5. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

6. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão nº 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

7. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a Gestão desta contratação ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) e a fiscalização desta contratação ficará a cargo do titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM), ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
3. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE-RO, na forma contratada;
4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, observando que:
 - a) O CONTRATANTE fará constar, em registro próprio, todas as ocorrências constatadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário, para regularização de falhas, defeitos e/ou substituição dos bens, no todo ou em parte, se for o caso; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência.

5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item nove deste Termo;
6. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato;
7. Registrar as ocorrências pela fiscalização e comunicar à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Carta Contrato.
8. Controlar a execução financeira do Contrato dentro dos limites estabelecidos;
9. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Manter-se regular junto à Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho durante o período de vigência contratual, assim como em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas;
2. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento e na Proposta da contratada;
3. Disponibilizar para acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização dos produtos contratados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;
4. Garantir a todos os servidores do TRE-RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente;
5. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Indenizar o TRE-RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
7. Informar imediatamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;
8. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;
9. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;
10. Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas;
11. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da CARTA-CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
12. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução da Carta-Contrato;
13. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO;
14. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;
15. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I – Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

II – Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

17. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e
18. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta contratação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, observado o que segue:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- I - Multa de 1% (um por cento) ao dia, em caso de atraso de até 10 (dez) dias;
- II - Multa de 2% (dois por cento) ao dia, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III - Multa de 3% (três por cento) ao dia, cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;
- IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- I - advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula Terceira - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

Subcláusula Sexta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

Subcláusula Sétima - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Nona - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Décima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL
(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), nas Leis 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 10 de dezembro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	
FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN Pela Contratada	RENATA PASCUAL MULLER Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **RENATA PASCUAL MULLER, Usuário Externo**, em 10/12/2020, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/12/2020, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN, Usuário Externo**, em 11/12/2020, às 17:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 11/12/2020, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 11/12/2020, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROJETO BÁSICO Nº 6/2020 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM

PROJETO BÁS

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Nos termos do disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei n. 8.666/93 e da Resolução TSE n. 23.234/2010, em conformidade com a legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos (Leis n. 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012), apresenta-se este Projeto Básico com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assinatura de Biblioteca Digital.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. Contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva - BDS nos termos da Proposta contida no evento ([0617267](#)) O acervo completo da Saraiva Jurídico contendo 1.700 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2. Será oferecido como concessão (sem custos para a Administração) mais 1700 títulos de concursos e mais 600 títulos de Gestão e Negócios, totalizando 2.300 títulos os quais se distribuem entre as grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e tecnológica de acordo com os selos editoriais, bem como 50 acessos simultâneos bonificados.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral conta com acervo de livros, periódicos para atender sua clientela: magistrados, servidores, advogados, estagiários, estudantes e terceirizados, com temas afetos a gestão pública.

3.1.1. A contratação de serviços digitais/eletrônicos agregará mais um serviço aos clientes internos, minimizando o problema fático da indisponibilidade do acervo bibliográfico em razão da barreira física em relação às zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal, esta Secretaria implementou a Biblioteca Digital, inserida como ação estratégica.

3.1.2. Desta forma, possui como objetivo direto atender às exigências contemporâneas de diversificação dos meios de acesso à informação, que não somente a leitura tradicional de livros, sendo uma tendência dos tribunais superiores, a exemplo do STF, STJ e TSE.

3.1.3. Em termos de funcionalidades, a plataforma da Biblioteca digital Saraiva apresenta, dentre outras:

- a) Navegação também poderá ser feita através de sumário;
- b) Possibilidade de leitura off-line;
- c) Filtro por categoria e ano de publicação;
- d) Para leitores com restrições visuais a plataforma possui recursos que possibilitam a aplicação de contraste e aumento do tamanho da fonte, que viabilizam a leitura;
- e) Atualizações semestral de nova edições e títulos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- f) Possibilidade de edição de anotações e títulos;
- g) Com a BDS, o TRE/RO terá acesso ilimitado a todo conteúdo.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração a necessidade de se ter amplo acesso ao acervo bibliográfico digital, com racionalização do gasto público e ampliação do acesso à legislação, doutrina e jurisprudência atualizadas, propiciando conhecimento e informações a todos os servidores deste Tribunal. De forma que a elaboração deste Termo de Referência serve de subsídio para o adequado planejamento orçamentário e financeiro da unidade competente.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência constará do Planejamento Anual das Contratações para 2019 o qual está em fase de elaboração pela unidade competente, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

- - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- - Aperfeiçoamento da Gestão orçamentária;

Adotar-se-á como Valores:

- Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
- Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
- Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
- Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
- Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
- Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
- Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
- Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, por conta da natureza da contratação, entende-se que atende os requisitos de sustentabilidade ambiental, uma vez que evita a editoração de livros em suporte papel.

6. DA INEXIBILIDADE DA LICITAÇÃO

6.1. A empresa SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A. CNPJ: 50.268.838/0001-39 é detentora de exclusividade ([0617267](#)) e considerando esta característica a contratação poderá ser efetuada de forma direta, por inexigibilidade, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93.

7. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor do objeto deste Projeto Básico é de **R\$ 17.940,00** (dezesete mil novecentos e quarenta reais reais), a serem pagos em parcela única. Esse valor corresponde à proposta da Saraiva Educação S.A. (Evento [0617267](#)): Online para acesso, pelo período de 12 (doze) meses, à plataforma que permite leitura e consulta de obras em formato eletrônico, com acesso ilimitado de todo conteúdo, conforme item 2 deste Projeto Básico.

7.2. O valor do contrato foi obtido por meio de preços contratados com outras entidades públicas que obteve o resultado inserido no quadro abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANILHA DE VALORES (R\$)

Item	Cotação de preços/entidades públicas	Modelo de acesso	Quantidade de acessos simultâneos	Valor unitário mensal por acesso	Valor do Investimento mensal	Valor do Investimento anual	Vigência do contrato
1	MPDFT-DF (Evento 0617292)	Simultâneo	50	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00	R\$ 17.940,00	12 meses
2	TRT-21 ^a (Evento 0617292)	Simultâneo	50	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00	R\$ 17.940,00	12 meses
3	STM (Evento 0617299)	Simultâneo	50	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00	R\$ 17.940,00	12 meses
4	Proposta Comercial TRE-RO (Evento 0617267)	Simultâneo	50	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00	R\$ 17.940,00	12 meses

7.2.1. Dessa forma, a proposta comercial apresentada, na contratação almejada tem base no valor praticado em referidas contratações.

7.3. Da comprovação do requisito de habilitação da empresa:

7.3.1. A empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A comprovou a regularidade fiscal, conforme anexos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cadastro CNPJ ([0617277](#)); Certidão de FGTS ([0617279](#)); Certidão Negativa CNJ ([0617277](#)); Certidão Negativa de Débitos Tributários ([0617286](#)) ; Certificado de Registro de Programa de Computador - Exclusividade ([0617302](#)).

7.1.2. Poderá a Administração realizar a licitação poderá ser efetuada de forma direta, por inexigibilidade, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93, ante a exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa.

7.1.3. Dados da empresa: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ nº.50.268.838/0001-39, situada na Rodovia Presidente Dutra Km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Melo, São José dos Campos Estado de São Paulo/SP. CEP 12247-004. **Dados bancários:** Banco Itaú S/A Agência – 0452, Conta Corrente -00001-39 – Identificador CNPJ nº. 50.268.838/0001-39.

8. DA ADERÊNCIA DO ORÇAMENTO

8.1. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2020 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$17.940.00

9.DA CARTA-CONTRATO

9.1. O prazo da contratação almejada será de **12 (doze) meses**, a contar do término da vigência da Carta Contrato. Podendo ser prorrogado, a fim de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações da Contratada:

10.1.1. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual;

10.1.2. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, na Carta Contrato e na proposta;

10.1.3. Disponibilizar para acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização dos produtos contratados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

10.1.4. Garantir a todos os servidores do TRE/RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente;

10.1.5. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;

10.1.6. Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

10.1.7. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1.8. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;

10.1.9. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;

10.1.10. Demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

10.2. Obriga-se a Administração contratante:

10.2.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;

10.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

10.2.3. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, na forma contratada;

10.2.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da contratada;

10.2.4.1. A Administração fará constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato;

10.2.4.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;

10.2.4.3. A gestão será do Coordenador (a) de Jurisprudência e a fiscalização do contrato será realizada pela Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, ou por seu substituto, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008;

10.2.4.4. A atuação ou a eventual omissão da Gestão e Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2.5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item nove deste Termo;

10.2.6. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato;

10.2.7. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual (Carta-Contrato).

11. DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Multa de 1% (um por cento) ao dia, em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - Multa de 2% (dois por cento) ao dia, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - Multa de 3% (três por cento) ao dia, cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;

IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste.

11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

11.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.4. Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pelo SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.5. O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

11.7. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A Administração Contratante efetuará o pagamento, **em parcela única**, no valor informado no item 7.1, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco Itaú S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

12.2. No ato do pagamento, o contratado deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho, além da certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

virtude de penalidade ou em caso de inadimplência, ainda não solucionada sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

12.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.5. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A Gestão o do contrato será realizada pelo titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

13.2. A Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela FISCALIZAÇÃO do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.3. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela entrega dos materiais.

13.4. A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

13.5. Os procedimentos adotados são os previstos neste Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14. ANEXOS:

14.1. Proposta ([0617267](#));

14.2 Certificado de Registro de Programa de Computador - Exclusividade ([0617269](#));

14.3. Cadastro CNPJ ([0617277](#));

14.4. Certidão de FGTS ([0617279](#));

14.5. Certidão Negativa de Débitos Tributários ([0617286](#));

14.7. Pesquisa de Preços

14.7.1. TRE/TO ([0480186](#));

14.7.2. PGR/DF ([0479954](#));

14.7.3. TJ/PR ([0479959](#)).



Documento assinado eletronicamente por **MARTA DE LUCIA SILVA SOUZA, Chefe de Seção**, em 06/11/2020, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003233-45.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Registros e Informações Processuais
(CJD)

ASSUNTO: **Contratação de assinatura anual da Biblioteca Digital
Saraiva Educação**

PARECER JURÍDICO Nº 272 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) busca a contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39** para a contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, acervo completo da Saraiva Jurídico contendo 1.700 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos.

02. Carreou-se aos autos a Proposta de Assinatura da Biblioteca Digital Saraiva ([0617267](#)), Certificado de Registro de Programa de Computador – exclusividade ([0617269](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0624638](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributário Estadual e Municipal [0617283](#) e [0617290](#), Certidão Negativa de CNJ ([0624643](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0617286](#)) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0617280](#)).

03. O valor do contrato foi obtido por meio de pesquisa de preços em órgãos públicos que obteve o mesmo objeto que se quer contratar – MPDFT ([0617292](#)), TRT-21 ([0617295](#)) e STM ([0617299](#)).

04. A solicitação de contratação dirigida ao Secretário da SAOFC veio aos autos pelo evento [0621587](#) e o Estudo Técnico Preliminar para a inexigibilidade consta no evento [0622962](#).

05. No Projeto Básico 6 ([0617302](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, aderência do orçamento, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Recepcionado os autos na SAOFC, o secretário direcionou os autos à **COMAP**, para análise do Projeto Básico e seus anexos ([0617302](#)), à **COFC**, para programação orçamentária dessa possível despesa e **concomitantemente**, à **SECONT**, para elaborar minuta do instrumento contratual e após à **AJDG**, para análise e emissão de parecer jurídico. Por fim, solicita o secretário o retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC, para elaboração de Manifestação ([0618633](#)).

07. A COFC ([0619874](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 17.940,00** (dezesete mil novecentos e quarenta reais), indicando o Plano Interno ADM ASSINA e o Pré-Empenho n. 2020PE000305, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2020 registrada no processo nº [0000737-77.2019.6.22.8000](#).*

08. A Coordenadora de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, em sua Análise do Projeto Básico n. 152/2020 (0623913), concluiu pela regularidade do PB supracitado e seus anexos complementado pela proposta da empresa ([0617267](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela autoridade superior.

09. Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato ([0624885](#)). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

10. Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

11. Nesse sentido, o Manual de Licitações & Contratos, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

12. Como há nos autos Certificado de Registro de Programa de Computador informando que a empresa SARAIVA EDUCACAO S.A. detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos, objeto da pretensa contratação, em todo território nacional, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Sindicato da entidade equivalente. Veja-se:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

13. Desta forma, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de inexigibilidade de licitação descrita no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

14. Por sua vez, o Projeto Básico 6 ([0617302](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

15. Nesses termos, conclui-se que a contratação solicitada pela COORDENADORIA DE JURISPRUDENCIA E DOCUMENTAÇÃO (CJD) podará ser processada diretamente com a empresa SARAIVA EDUCACAO S.A. CNPJ: 50.268.838/0001-39 já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93, e comprovada a disponibilidade orçamentária para arcar com a despesa ([0619874](#)). A demonstração de regularidade fiscal para contratar com o setor público foi comprovada na instrução dos autos, todavia deve ser verificada antes de efetivada a contratação, principalmente em relação a certidão negativa de tributos federais ([0617286](#)).

16. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0624885](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

17. Alerta-se para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente e publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, conforme art. 26, da Lei n. 8.666/93.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 03/12/2020, às 18:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003233-45.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (CJD)

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de assinatura anual da Biblioteca Digital Saraiva Educação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 2013 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM) busca a contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39** para a contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, acervo completo da Saraiva Jurídico contendo 1.700 títulos, com o quantitativo de 50 acessos simultâneos ([0611789](#)).

Carreou-se aos autos a proposta comercial da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A ([0617267](#)) e Certificado de Registro de Programa de Computador – exclusividade ([0617269](#)).

A regularidade fiscal e trabalhista da empresa foi comprovada pela Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual ([0617283](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal ([0617290](#)), Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ([0617286](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0617279](#)), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0617280](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0624643](#)).

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 2 ([0622962](#)) e o Projeto Básico n. 6/2020-SEPM ([0617302](#)), que dimensionou o valor total da contratação em **R\$ 17.940,00** (dezessete mil novecentos e quarenta reais reais), pelo período de 12 (doze) meses, descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de aquisição direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 17.940,00** (dezessete mil novecentos e quarenta reais reais) para custear a despesa ([0619874](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico n. 6/2020-SEPM (evento [0617302](#)), complementado pela proposta da empresa (evento [0617267](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, para contratação direta com inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93, bem como pela adjudicação do objeto à empresa proponente ([0623913](#)).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0624885](#)) e remeteu-os para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer ([0624887](#)).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral, que emitiu Parecer Jurídico nº 272/2020 ([0635832](#)) opinando pela possibilidade de contratação direta da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., por inexigibilidade de licitação prevista no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico e pela ratificação da despesa com publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, conforme art. 26, da Lei n. 8.666/93. Por fim, aprovou os termos da minuta da carta-contrato ([0624885](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/1993.

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou favorável à contratação direta da empresa supra ([0635869](#)).

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que a empresa proponente é detentora de Certificado de Registro de Programa de Computador (evento [0617269](#)) informando que a empresa **SARAIVA EDUCACAO S.A.** possui exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos, objeto da pretensa contratação, em todo território nacional. Portanto, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Sindicato da entidade equivalente.

A unidade demandante, no item 3.1.1 do Projeto Básico ([0617302](#)), justifica a necessidade da contratação, tendo em vista que os serviços digitais/eletrônicos agregará mais uma opção de consulta aos clientes internos, minimizando o problema fático da indisponibilidade do acervo bibliográfico em razão da barreira física em relação às zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal, esta Secretaria implementou a Biblioteca Digital, inserida como ação estratégica. Assim, possui como objetivo direto atender às exigências contemporâneas de diversificação dos meios de acesso à informação, que não somente a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

leitura tradicional de livros, sendo uma tendência dos tribunais superiores, a exemplo do STF, STJ e TSE.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta diretora-geral **RATIFICA** a inexigibilidade de licitação, reconhecida pela SAOFC e descrita no art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

I - Aprova o ETP nº 2/2020 - CJD ([0622962](#)) e o Projeto Básico nº 6/2020 - SEPM ([0617302](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

II - Autoriza a despesa e a contratação direta da empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da lei nº 8.666/93;

III - Adjudica o objeto à empresa supra, com emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 17.940,00** (dezesete mil novecentos e quarenta reais reais), em seu favor, condicionada à atualização prévia dos documentos de habilitação; e

IV - Determina a publicação do ato de ratificação apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade, em razão do valor da aquisição estar aquém do patamar legal, nos termos da Lei n. 10.065/2020.

À SAOFC para a continuidade, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 07/12/2020, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.